

REVISITAR OS CLÁSSICOS: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE DURKHEIM

REVISITING THE CLASSICS: REFLEXIVE NOTES ON DURKHEIM

Maria das Graças da Silva
Universidade do Estado do Pará

Resumo

O texto visa, por meio de algumas notas reflexivas, identificar a necessidade de se revisitar os clássicos, pais fundadores do pensamento teórico, epistemológico e metodológico. De forma introdutória, recorre-se a algumas contribuições de Durkheim, um clássico da sociologia, para a construção do pensamento sociológico, por reconhecer a presença desse autor em estudos atuais, notadamente, naqueles que tratam da configuração do social, da construção do objeto social ou da educação. Como justificação, considera-se que a inserção nos cursos de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* de clássicos é não só relevante, como necessária para a formação acadêmica e/ou intelectual, para que no decorrer dos debates teórico-práticos se tenha o mínimo de remetimento compartilhado, quando determinadas categorias forem mencionadas, ou mesmo para proceder ao exercício da crítica de literaturas atuais. Durkheim, fundador da sociologia, continua tendo influência no pensamento contemporâneo, e, particularmente, na educação, embora nem sempre reconhecida. As notas reflexivas tratam, mais especificamente, da construção metodológica desse autor e tem por referência uma de suas obras clássicas: “As regras do método sociológico”.

Palavras-chave: Sociologia Clássica. Fato Social. Representações Sociais. Classificação. Espaço.

Abstract

The text aims at identifying, through some reflexive notes, the necessity of revisiting the classics, the founding fathers of the theoretical, epistemological and methodological thought. In an introductory manner, one resorts to some contributions of Durkheim, a classic of Sociology, concerning the construction of the sociological thought, for recognizing the presence of this author in nowadays studies, especially, in those which deal with social configuration, construction of social object or education. As justification, one considers that the insertion of the classics in the post-graduation courses, *stricto* or *lato sensu*, is not only relevant, but necessary in order to have along the theoretical-practical debates the minimum of shared reference, when certain categories are mentioned, or even to proceed to the exercise of the current literature criticism. Durkheim, the founding father of Sociology, keeps on influencing the contemporary thought, and, particularly, in education, although, it is not always recognized. The reflexive notes deal, more specifically, with the methodological construction of this author, having as reference one of his classical works: “As regras do método sociológico”.

Key-words: Classical Sociology. Social Fact. Social Representations. Classification. Space.

Aprendi através da experiência amarga a suprema lição: controlar minha ira e torná-la como o calor que é convertido em energia. Nossa ira controlada pode ser convertida numa força capaz de mover o mundo.

Gandhi, grande filósofo da paz

Introdução

Revisitar os clássicos denota a necessidade de contato com a origem das abordagens. Em evento recente coordenado pela Linha de Saberes do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), nos dois momentos de suas conferências, o professor Bernard Charlot, ao problematizar os conceitos referentes aos construtos que informam as relações de saberes, temática que reflete e que nos falou, evocou vários clássicos como referências de construção de suas ideias, incluindo Durkheim.

No contexto de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, discentes de diferentes campos disciplinares estão presente. No caso do mestrado em educação, de acordo como ele configura-se mais comumente, é necessário o exercício sistemático de revisão aos pais fundadores. Contudo, é necessário reconhecer que ainda são poucas as referências diretas a um clássico em campos fora das Ciências Sociais, significando que as influências mais profundas desses pensadores não estejam perpassando as disciplinas acionadas nos cursos. No entanto, é importante reconhecer que não temos clássicos na interdisciplinaridade. O que não significa dizer que as disciplinas que estão sendo articuladas não os tenham também. Há influências subjacentes ao pensamento no que está construído. Neste sentido, é interessante ressaltar que, para dominar os campos que estão sendo cruzados na elaboração dos trabalhos, faz-se necessário não só a maturidade epistemológica, no sentido de saber o que está fazendo, como, até certo ponto, adquirir familiaridade com os clássicos das áreas que estão sendo cruzadas.

Assim, a inserção nas disciplinas de clássicos, pais fundadores é não só relevante como necessário, para que no seu decorrer tenhamos o mínimo de compartilhamento quando determinadas categorias forem mencionadas. Durkheim, o pai fundador da sociologia, continua tendo influência no pensamento contemporâneo e, particularmente, na educação, embora nem sempre reconhecida.

No início do século XX, trabalhava-se com certezas, em grande parte, construídas pelos fundadores, universo em que está inserido Durkheim. Hoje suas abordagens são questionadas, criticadas. Como, por exemplo, Robert Wright (2000) em *Animal moral*, o acusa de ter “separado o homem do mundo”. Anuncia-se uma crise dos paradigmas, mas não podemos negar que os paradigmas que ainda estão em questão são aqueles construídos nos embates da história do pensamento clássico, então como não ler os clássicos?

Recuperar este tipo de debate, e refletir sobre o embate teórico, intelectual, classificatório, denominado de “crise dos paradigmas”, parece original. Mesmo porque, essa crise configura-se como um embate intelectual, político, ideológico, de representações sobre o mundo, sobre a relação da sociedade com o mundo. O que reforça a ideia de que o campo epistemológico é também um campo de luta, no sentido atribuído por Bourdieu, nele estão em disputa ideias, conceitos que reforçam ou contrapõem-se a esse ou aquele paradigma.

Classificando e caracterizando os fatos sociais

Em *As regras do método sociológico* (1978) há uma preocupação fundamental que é com a definição do objeto de estudo da sociologia, seu método e sua aplicação. Ao dizer que a sociologia tem direito de existir porque o fato que ela analisa é um fato específico, Durkheim está fazendo um sistema classificatório dos fatos. Nessa perspectiva, as ideias de fatos sociais e de sistema de classificação estabelecem a ligação entre os dois textos tomados como referências neste texto: *As regras do método sociológico* e *Algumas Formas Primitivas de Classificação*.... No primeiro, o autor reivindica uma classificação, propõe uma classificação; no segundo, Mauss analisa sistemas classificatórios de outros, reconhece que entre um e outro, há um traço comum.

No texto de Durkheim (1978), identifica-se um projeto que se volta para a construção de ciência. O seu movimento é no sentido de definir o objeto de estudo da sociologia, seu método e sua aplicação. Nessa perspectiva, há uma estreita solidariedade entre a possibilidade da ciência social, a construção teórica da noção de fato social e a metodologia para examinar. Percebe-se que ao construir sua obra, o autor elabora de forma consciente um projeto científico em que define objeto, epistemologia e metodologia.

Considera que a sociedade prevalece sobre o indivíduo, porque nela encontra-se um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existe apenas na consciência dos indivíduos, mas que é dado exteriormente, isto é, está fora de suas consciências individuais. Por outras palavras, ao viver em sociedade o ser humano defronta-se com regras de conduta que não foram criadas diretamente por ele, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, e que precisam ser seguidas por todos. A existência dessas regras é a garantia da possibilidade de viver-se em sociedade. Aí se evidencia a conceituação de fato social como exterior, como determinante.

É o conjunto dessas regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos na sociedade, que Durkheim considera como objeto de estudo da sociologia, ou seja, as maneiras de agir, pensar e sentir de uma coletividade que constituem os denominados fatos sociais. Para Durkheim (1978),

fato social é toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda: que é geral na extensão de uma dada sociedade, apresentando uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que possa ter.

Nesta definição estão explícitas as seguintes características de um fato social:

- Coercitividade: é a força que os fatos sociais exercem sobre os indivíduos, levando-os a conformarem-se às regras da sociedade em que vivem, independente de suas vontades e escolhas;
- Exterioridade: os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, existindo antes e independente dele;
- Generalidade: só é social o fato que é geral, ou seja, os fatos sociais são de natureza coletiva (repetem-se em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles).

Postura Metodológica do Observador

Durkheim (1978) estabelece que para observar os fatos sociais é preciso reconhecer como primeira regra geral: considerar os **fatos sociais como coisa**. O autor considera que, tratar os fatos sociais como coisa é ter para com os fatos uma atitude mental determinada, partindo do princípio de que o objeto que se vai estudar é absoluta-

mente desconhecido em suas propriedades características (Prefácio à 2ª. Edição, p. 21).

“Tratar os fatos sociais como coisas”, proposição central do seu método, gerou enormes contradições e críticas a Durkheim, acusado de positivista. Muitos estudiosos e comentaristas de suas obras, a partir dessa proposição, concluem que há uma coisificação e uma naturalização das relações sociais. Uma defesa possível também é possível quando se tenta compreender em qual era a função estratégia de seus argumentos. O que foi e ainda é atribuído a ele de maneira muito simplista, parece não tão é simplista assim. É possível ser um acionamento estratégico que ele utilizou na construção do campo científico da sociologia, pois no contexto em que escreveu, o apogeu das ciências naturais, não podia começar sua construção questionando os critérios de cientificidade de sua própria época, e, ao mesmo tempo, instaurar a legitimidade científica da sociologia.

O uso do termo “coisa” evidencia um propósito, uma provocação. Uma das leituras que pode ser feita dessa construção do Durkheim é a de que o fato social é objetivável, como os fatos da física. Ser objetivável é ter objetividade, é poder ser objetivado. O investigador para objetivar um fato social precisa construir todo um procedimento metodológico, caso contrário, só chegará ao senso comum. Tem que manter distância, de forma que a objetividade seja resguardada. A física também não era objetiva, ela é fruto de um processo de objetivação na construção do seu objeto. A natureza dos fatos permite isso, mas por outro lado, não dá isso. Constrói-se ou não.

Por essa perspectiva, quando Durkheim assume os fatos sociais como coisa, não significa que esteja coisificando ou naturalizando as relações sociais, mas assumindo que existem condições, ao nível do social, para um conhecimento objetivo sobre esses fatos; e que o campo que estuda tal processo é um campo científico como outro qualquer.

Um formato possível do positivismo Durkheiminiano

Nos escritos dessa obra de Durkheim (1978), é possível identificar duas dimensões do positivismo: uma que ele assume, e outra que ele rejeita. Quando ele assume a possibilidade de uma ciência positiva sobre o social, neste sentido ele é positivista, mesmo reconhecendo a dificuldade para a ciência conseguir isso. A trajetória para a construção desse processo de objetivação é longa. Mas o co-

nhecimento positivo do mundo social é possível, é científico. Para ele, ciência repõe verdade ao longo do tempo. As verdades científicas são verdades que se constroem. A outra dimensão do positivista ele denomina de “Comtista”, de metafísica do social, essa ele rejeita, porque não aceita verdade absoluta, ele quer examinar as coisas.

Que elementos fazem realmente de Durkheim um positivista? Uma das possibilidades de leitura é a de que o seu positivismo não vem de uma leitura coisificada ou naturalizante do real. É possível considerar que existe uma questão mais complexa referente à abordagem dos fatos sociais como coisas, ou seja, existe um outro plano que instrui a natureza positivista deste olhar, que é o desconhecimento, no caso, da impossibilidade de total retirada das mediações culturais da observação, da construção do objeto. Quer dizer, o sujeito que conhece, conhece com determinada perspectiva. Esse é um dos aspectos que denuncia a sua referência positivista. Um outro está explicitado na Divisão Social do Trabalho [...], ao considerar que toda construção no campo científico é metateoria, construída a partir de valores conservadores. Aí o autor esboça uma preocupação com os processos históricos do período vivido, indagando sobre as possibilidades de favorecer as integrações sociais. Além do problema dos conceitos prévios ao processo de conhecimento, ou seja, dos preconceitos.

A lógica das “Regras metodológicas”

Durkheim (1978) considera que por meio do aprendizado metodológico de elaboração da ciência é possível depurar as “coisas” para obter um conhecimento puro do social. O que pressupõe a purificação do sujeito do conhecimento.

A visão que antecede a investigação, ou seja, as *prenações*, é uma visão que, na perspectiva durkheimiana, tem que ser negada. A pesquisa não antecede, não pode ser formulada sem um amplo conhecimento, só então é possível discernir uma definição significativa, que construa analiticamente os fatos sociais. Eles existem, mas também podem ser construídos pelo investigador para serem pesquisados. No caso de Durkheim, os fatos sociais existem, o que se configura como pressuposto.

Para Durkheim, o primeiro passo para começar a investigação é a percepção, a sensação, por meio de um olhar para fora. Tem-se que reconhecer um ao outro, e o primeiro processo de reconhecimento depende da sensação, a partir de uma unidade sim-

ples, por ser mais manejável, ou seja, pegar aquilo que é essencial como os sistemas classificatórios.

Durkheim (1978) considera que pela definição pode-se chegar a uma unidade de análise. Por meio do seu método, ele ensina procedimentos para construir uma definição. Por meio da definição o cientista pode romper com o senso comum, mesmo partindo dele, pode buscar a sua superação. O senso comum é um discurso, mais ou menos consensual, sobre a vida em sociedade.

Os embates de Durkheim

Existem em Durkheim (1978) dois embates importantes que merecem ser resgatados: um é com o evolucionismo, ele normalmente é considerado um evolucionista. Mas, o seu evolucionismo é bem matizado. Ele instaura que as sociedades nascem uma das outras, mas são diferentes, o que não significa que não possuem coisas em comum. As sociedades são respeitadas nelas mesmas. Daí ser possível fazer estudos comparativos, para examinar o que há de comum e de diferente.

O outro embate é com o funcionalismo vulgar, do qual se diferencia. Considera que a função não explica as coisas; elas são explicadas a partir da função que exerce dentro de um sistema que não é construído como sistema.

Mesmo tendo compromisso com o racionalismo, com a possibilidade da construção do pensamento positivo, e embora não possa afirmar que desenvolva, ele deixa pistas de certo relativismo quando indica que as sociedades são diferentes e que os sistemas classificatórios são construídos.

A Instauração do Social

Na filosofia contratualista, o ato fundador do social é um ato de indivíduos que contratam. O social constitui-se como um ato de vontades individuais de reunirem-se. O que está contido nesta ideia é o contrato como constitutivo da sociedade. Mas, por entender que se trata apenas de uma metáfora na qual os indivíduos instauram o social, Durkheim rejeita essa ideia. Critica Hobbes e Rousseau, e ironiza a criação desse indivíduo que precisa ser controlado por um contrato e a necessidade de estabelecer um contrato para controlar as relações. Ele considera isso artificial na medida em que não corresponde a leitura de uma sociedade real.

Durkheim considera que o social é instaurado o social pelo compartilhamento de um sistema classificatório, e não por um contrato. Há, portanto, uma precedência do social. O social classificando e ordenando o mundo à sua imagem.

Para Durkheim (1978), o início é o social. Por essa perspectiva, o social não é instaurado quando os indivíduos livremente contratam; também não é instaurado porque os homens são naturalmente vocacionados para estar em sociedade, uma vez que como portador de alguma ordem, ele ordena o mundo, portanto, configura-se como uma forma de organização, na qual está incorporado um sistema de classificação.

A Causalidade das Coisas

Como cientista positivista, envolvido com a pesquisa empírica, Durkheim não abandona a ideia de causalidade, ela está posta em sua análise. Ainda assim, é possível considerar que a análise da causalidade distingue-se de outras análises que sejam finalistas, teleológicas, morais. Percebe-se certa dificuldade para chegar-se a uma análise científica na abordagem durkheiminiana, preestabelecendo a causa das coisas. De acordo com sua metodologia, uma opção dessa natureza não ajuda romper com as noções pré-morais, culturais, valóricas; embora fosse esse seu grande desejo científico.

No texto “algumas formas primitivas de classificação” (MAUSS, 1981), Durkheim e Mauss desenvolvem uma prática reflexiva da própria postulação da ciência, e como tal do social. Os autores inferem que a ciência classifica o real de uma determina maneira, o que não faz da ciência algo externo à própria sociedade; ao contrário, a ciência como prática social, faz parte da sociedade. É no contexto da sociedade que são realizadas as práticas classificatórias e, também, as classificações científicas. Essa sociedade que permite a realização de práticas classificatórias pode ser analisada tomando como referência as representações diferenciadas e práticas classificatórias científicas, na sua capacidade de gerar representações.

De acordo com Durkheim e Mauss (1981), por meio do estudo das representações coletivas, é possível verificar que: as representações não existem autonomizadas da organização da própria sociedade; porque por meio de estudos das representações é possível conhecer ou pressupor as formas organizativas dessas sociedades, ou por meio de um outro movimento: ao conhecer as formas organizativas das sociedades é possível ter acesso aos seus sistemas classificatórios, inscritos no conjunto de representações sociais.

Depreende-se dessa construção do pensamento durkheiminiana de que existe uma dupla

causalidade, uma dupla relação entre representação social. Claro que tal compreensão não pode ser lida como o todo do todo, uma vez que isso só é possível na sociedade primitiva, na qual o sistema classificatório é total, corresponde uma cosmovisão completa. Nas sociedades complexas isso não é possível.

Nessa perspectiva, é possível identificar a construção de um complexo processo de evolução da humanidade. Evolução não como um movimento linear, mas no sentido de transformação histórica da experiência humana. A prática classificatória que alguns consideram ou imaginam só existe a partir de Aristóteles, com a criação da biologia com sua capacidade de absorver e classificar a natureza; os estudos das denominadas sociedades primitivas mostram o extraordinário trabalho de representação social de suas formas organizativas, pois qualquer que seja o tipo de organização, nenhuma sociedade pode prescindir de regras que ordene a vida social. A ordenação do coletivo é a face instituinte, permanente de toda experiência social.

Dessa forma, para entender-se o que é uma função classificatória, e como ela articula-se com a sociedade, o ponto de partida é a relação na sua forma mais simples, mais isolada, mais capturável, para depois entender o mais complexo. E essa forma de entendimento não se configura como evolucionista?

Práticas Classificatórias, Sociedade e Espaço

Embora em nenhum dos dois textos, o espaço, o território aparecem como elemento central, é possível considerar que o espaço constitui-se como elemento de estruturação da sociedade, uma vez que ela dispõe-se no espaço.

Com o processo de estruturação das clãs, por exemplo, o espaço deixou de ser mero tabuleiro para ser instituição social; com isso não se configurou apenas como o plano no qual a sociedade se instaurou, porque ele adquiriu significado. O espaço das clãs ao serem organizados foram adquirindo significado, sentido, constituindo-se como uma ordem social, uma instituição social, o que contribuiu sobremaneira para a mudança do mundo. Essa percepção contrapõe-se a ideia de espaço abstrato porque, ainda que seja uma noção, é também uma percepção de espaço socialmente construído.

E ainda mais, o sistema classificatório não é apenas uma lista de categorias. As representações sociais que condicionam a ordenação do mundo de determinada maneira, são expressões de formas de organização social, e os sistemas de representações são passíveis de estudos. No texto são trabalhados vários sistemas classificatórios, nas diferentes formações societárias. Esses sistemas são formados por sociedades diferenciadas, e com graus de complexidade diferentes, o que mostra a possibilidade de olhar uma sociedade a partir de um determinado momento histórico, reconstruir seu sistema classificatório, para compreender por meio de outros estudos e por meio dela mesma, a sua organização social, que advém das representações sociais, que a configuram como a sua própria expressão. O uso do território é isso.

Por essa perspectiva, o espaço aparece como um momento desse sistema classificatório. Ele pode, por exemplo, explicar como é que uma determinada sociedade organizava-se, por meio de que esquema espacial. O que de certa forma, mostra o poder de abstração que a noção de espaço confere, e como o espaço pode ser, ele, em si mesmo, um instrumento de representação da própria organização social, que recorreu ao espaço num determinado momento, para representar-se.

Essa ideia informa uma morfologia social, que é a forma como a sociedade dispõe-se no espaço; ela dispõe-se no espaço de determinada maneira, densidade, distribuições, o que gera uma atribuição de significados, de sentidos ao espaço; gera sistemas classificatórios e, que depois de algum tempo a sociedade pode ser lida por meio de suas representações. Neste sentido, as relações sociais produzem o espaço.

Na relação do espaço, os autores chamam a atenção para o fato de que: nem sempre todos os sistemas classificatórios geram relações específicas de distribuição das coisas no espaço; alguns partem do princípio ou retornam ao espaço. Mas existem sistemas classificatórios que são jurídicos, normativos, não são morfológicos, no sentido mais imediato do termo. Não se manifestam na materialidade com tanta nitidez, e podem oferecer resistência. Mesmo porque, o lugar do espaço não é o mesmo em todas as sociedades.

Os autores destacam que as classificações primitivas são plenas de afinidades afetivas, elas aparecem quase sempre todas inter relacionadas. As referências podiam até ser substituídas, mas as coisas mantinham-se afetivamente ligadas en-

tre si. O mundo de suas representações ordena-se dessa forma. Nessa perspectiva, a noção de espaço é uma noção de lugar. As coisas ordenam-se por meio de afinidades afetivas, nas quais o emocional assume um valor muito específico na organização da sociedade. A forma como trabalhamos hoje as classificações, mostra que tem havido uma perda, não só na afetividade, mas, também na referência espaço-temporal diretamente correspondente da organização da sociedade. Mesmo porque os sistemas são logicamente diferenciados no tempo.

Para finalizar, algumas considerações

Os fundamentos metodológicos inscritos em *As regras do método sociológico* estão embasados em pressupostos epistemológicos, ontológicos e, claro, históricos, cada um deles com sua lógica própria. Os pressupostos ontológicos tratam da problemática da realidade dos objetos sobre os quais parte o conhecimento. Os pressupostos epistemológicos estão configurados no estudo das condições de possibilidades e de validade do saber teórico. Contudo, é necessário reconhecer que os problemas epistemológicos estão na validade das formas de explicação científica, na pertinência das regras de inferência lógica, nas condições de utilização dos conceitos e dos símbolos nas teorias.

Esses fundamentos foram construídos numa determinada temporalidade da filosofia das ciências, século XIX. Logo, perpassados por fatores ideológicos e socioculturais que informam a construção do pensamento de uma época, e que orientaram, e ainda orientam o exercício da prática científica no campo das humanidades, particularmente das ciências sociais.

Como teoria lógico-conceitual satisfaz as exigências de uma época ao operar uma redução no campo dos problemas referentes aos fatos sociais, em busca de dar um estatuto de autonomização para a sociologia enquanto ciência. Durkheim elaborou uma seleção específica de esquemas epistemológicos (descrição, predição, causalidade); ontologicamente destacou a subordinação do indivíduo à sociedade, e do ponto de vista metodológico defendeu uma postura neutra do pesquisador em relação ao método e a investigação sociológica, para isso privilegiou procedimentos rigorosos e controláveis, inspirados nos métodos das ciências exatas e naturais, como, por exemplo, os métodos quantitativos e mate-

máticos com procedimentos mensuráveis para o “tratamento” dos dados, configurando-se em um reducionismo metodológico. O problema que se coloca em relação à observação e à mensuração dos fatos sociais está associado ao controle analítico das variáveis.

Foi no sistema universitário francês que Durkheim instaurou a utilização dos métodos estatísticos, com seu clássico estudo *Le Suicide* (1897). Esse método passou a influenciar a produção do conhecimento na sociedade contemporânea, sem que, muitas vezes, seus limites para estudar fenômenos sociais que não são mensuráveis fossem problematizados e considerados.

Uma das exigências mais cristalizadas de Durkheim era a “explicação do social pelo social”, um sociologismo que reduz os fatos sociais ao seu ambiente físico-biológico. É legítimo reduzir a explicação dos fatos sociais ao campo da biologia? Da psicologia? Ou da economia? São questões que se colocam.

De acordo com a perspectiva durkheiminiana, no campo da educação, tomar o fenômeno educacional como “coisa” pressupõe a necessidade de desapego, de afastar as prenoções, de assumir uma postura de neutralidade como condição necessária ao reconhecimento da existência objetiva das práticas educativas, independentes de nossas subjetividades. Só dessa forma, de acordo com as ideias de Durkheim (1978), é possível tomar as práticas educativas como objeto de estudos científicos por meio de métodos de observação

objetivos e isentos da vontade do pesquisador.

Para contrapor-se a esse objetivismo é necessário reconhecermos que a educação, como fenômeno sociocultural informa e inscreve relações e não fatos reificados, e que nessas relações indivíduo e sociedade não estão contrapostos, porque conformam uma aproximação dialética no contexto de uma realidade que não pode ser concebida estaticamente, porque é expressão de uma complexidade social que está em constante movimento.

Sendo assim, o desafio que ainda se coloca a partir da ideia durkheiminiana de que o fato social é “toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação” (DURKHEIM, 1978, p. 11), é o de ultrapassar a ideia muitas vezes subtendida nas políticas públicas, nos livros didáticos e até mesmo em práticas educativas de que a educação é “coisa”, que pode ser exercida de forma exterior à realidade do educando, e que é construída por e para ações e representações de indivíduos difusos.

O caráter coercitivo da educação deriva dela ser percebida como exterior à realidade do educando, mas que exerce influência coercitiva sobre ele. Regras, conteúdos, formas de avaliação que orientam a prática pedagógica, muitas vezes são definidas independente do educando, mas que lhe impõe obrigações definidas, que ele incorpora, afirma ou transgride por sua conta e risco.

Portanto, precisamos dizer não à educação que se faz de forma desterritorializada, que não reconhece a realidade do educando.

Referências

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Maria Isaura P. de Queiroz, 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978, Cap.I,II, e V.

DURKHEIM, E; MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva. 1981, p.390-455.

Maria das Graças da Silva

Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Pós-Doutoramento em Sociologia Ambiental (ULisboa/PT), Professora do programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA) Vinculado ao CNPq, Pesquisadora na área de Planejamento Territorial e Meio Ambiente. E-mail de contato: magrass@gmail.com

Recebido em 30/11/2008